

E) Somente poderá ser representado perante a Coordenação Estadual dos Juizados.

57. Em relação à linguagem utilizada para fundamentar os projetos e sentenças dos Juízes Leigos, com fundamento do Código de Ética de Juízes Leigos, estabelecido pela Resolução n. 174 do CNJ, é **CORRETO** afirmar:

- A) A linguagem deve ser coloquial, com tratamento adequado à norma usual da língua portuguesa.
- B) A linguagem deve ser formal, com o uso da norma culta da língua portuguesa.
- C) Uso formal da língua portuguesa, com a utilização do plural majestático, próprio dos especialistas em Direito.
- D) Linguagem que respeite as exigências técnicas e facilite a compreensão a todos, ainda que não especialistas em Direito.
- E) Linguagem que respeite as exigências técnicas e facilite a compreensão a todos, desde que seja especialista em Direito.

58. Sobre a ética e a moral. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Moral é um conjunto de regras, princípios e valores que orientam o comportamento dos indivíduos na sociedade.
- B) Moral é a parte da filosofia que se ocupa das discussões éticas.
- C) A ética tem caráter histórico, uma vez que os valores, antes de nascermos, já estão postos na sociedade.
- D) Os valores morais e a ética são inquestionáveis.
- E) A ética é imutável.

59. Marque a alternativa **CORRETA**. No exercício da função de auxiliares da Justiça, os Juízes Leigos têm o dever de buscar:

- A) A resolução do conflito, com qualidade, acessibilidade, transparência e respeito à dignidade das pessoas, priorizando a tentativa de resolução amigável do litígio.
- B) A resolução do conflito, com qualidade, acessibilidade, transparência, equidade e respeito à dignidade das pessoas, priorizando a tentativa de resolução amigável do litígio.
- C) A resolução do conflito, com qualidade, acessibilidade, transparência e respeito à dignidade das pessoas, priorizando a tentativa de resolução de mérito do litígio.
- D) A resolução do conflito, com qualidade, acessibilidade, transparência e respeito à dignidade das pessoas, a igualdade e a transparência amigável do litígio.
- E) A resolução do conflito, com paciência, atenção, transparência e respeito à dignidade das pessoas, priorizando a tentativa de resolução amigável do litígio.

60. Julgue as assertivas. É dever do Juiz leigo:

- Informar às partes, de forma clara e imparcial, os riscos e consequências de uma demanda judicial.
- Informar à vítima com clareza sobre a possibilidade de sua intervenção no processo penal e de obter a reparação ao dano sofrido.
- Dispensar tratamento igualitário às partes, independentemente de sua condição social, cultural, material ou qualquer outra situação de vulnerabilidade, e observar o equilíbrio de poder.
- Fazer pré-julgamento da causa.
- Preservar o segredo de justiça quando for reconhecido no processo.
- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Todas as alternativas estão erradas.
- C) Duas alternativas estão corretas.
- D) Uma alternativa está errada.
- E) Uma alternativa está certa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE JUÍZES LEIGOS E MEDIADORES JUDICIAIS 2024

JUIZ LEIGO

Informações Gerais

- Este caderno é composto de DOZE PÁGINAS, contendo SESENTA questões.
- NÃO abra o caderno antes de receber autorização do fiscal de sala.

Instruções

- VERIFIQUE se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use APENAS caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa, cubra TOTALMENTE o espaço que corresponde à letra a ser assinada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra NÃO serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão de respostas NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- NÃO haverá substituição do cartão de respostas.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique IMEDIATAMENTE ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão de respostas é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão de respostas, ENTREGUE ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) NÃO poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuros, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, UTILIZAR qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também ELIMINADO o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O candidato que desejar levar este caderno SOMENTE poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.

CONHECIMENTOS GERAIS

- De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, o corpo do texto dos documentos oficiais deve ser redigido **EM**:
 - Fonte Arial, tamanho 12
 - Fonte Arial, tamanho 10
 - Fonte Times New Roman, tamanho 12
 - Fonte Calibri ou Carlito, tamanho 12
 - Fonte Georgia, tamanho 10
- Considerando o padrão ofício instituído pelo Manual de Redação da Presidência da República, marque a alternativa **INCORRETA**.
 - No fecho das comunicações oficiais, utiliza-se Respeitosamente para autoridades de hierarquia superior à do remetente, inclusive o Presidente da República.
 - No fecho das comunicações oficiais, utiliza-se Atenciosamente, para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos.
 - O corpo do texto do documento oficial deve ser redigido em alinhamento justificado, com recuo de parágrafo.
 - Na identificação do signatário, o cargo da autoridade que expede o documento deve ser redigido apenas com as iniciais maiúsculas.
 - Na estrutura dos textos oficiais, o assunto deve dar uma ideia geral do que trata o documento, de forma detalhada. A frase que descreve o conteúdo do documento deve ser escrita com inicial minúscula, utilizando-se verbos e, pelo menos, dez palavras.
- Não são características da Redação Oficial, **EXCETO**:
 - Uso de parágrafos extensos.
 - Identificação apenas do destinatário da correspondência, dispensável a identificação do signatário.
 - Clareza.
 - Uso facultativo da norma culta da língua.
 - Informalidade.
- A ata é um dos gêneros textuais muito utilizados na Redação oficial, **NÃO** sendo característica preponderante em seu estilo:
 - Uso de verbos no pretérito.
 - Menção à data de realização do evento narrado.
 - Fechamento pelo secretário ou outro signatário do documento
 - Uso de tempo preponderante do modo verbal subjuntivo.
 - Paragrafação sem recuo inicial facultativa.
- Segundo informações atualizadas do Manual de Redação Oficial da Presidência da República, as formas de tratamento Digníssimo(DD) e Ilustríssimo(Ilmo.):
 - Permanecem em uso nos expedientes oficiais.
 - Foram abolidas da Redação Oficial.
 - Apenas a forma Digníssimo(DD) foi abolida da Redação Oficial.
 - Apenas a forma Ilustríssimo(Ilmo.) foi abolida da Redação Oficial.
 - Essas formas nunca existiram efetivamente na Redação Oficial.

- O lucro, mola do capitalismo, foi excelente naquele ano. O termo sublinhado é:
 - Vocativo
 - Predicativo do sujeito
 - Objeto direto
 - Sujeito
 - Aposto

- Considerando as regras vigentes do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.
 - As palavras mexer e mecher são variantes linguísticas e as duas grafias estão corretas.
 - A palavra para perdeu o acento diferencial.
 - O acento circunflexo das palavras enjô e lêem foi mantido.
 - Palavras paroxítonas com U tônico depois de ditongo, como feiúra, permanecem acentuadas.
 - Palavras oxítonas terminadas em I ou U seguidos ou não de S, como Piauí, perderam o acento.

- As palavras mexer e mecher são variantes linguísticas e as duas grafias estão corretas.
- A palavra para perdeu o acento diferencial.
- O acento circunflexo das palavras enjô e lêem foi mantido.
- Palavras paroxítonas com U tônico depois de ditongo, como feiúra, permanecem acentuadas.
- Palavras oxítonas terminadas em I ou U seguidos ou não de S, como Piauí, perderam o acento.

- Palavras paroxítonas com U tônico depois de ditongo, como feiúra, permanecem acentuadas.
- Palavras oxítonas terminadas em I ou U seguidos ou não de S, como Piauí, perderam o acento.

Com base no versículo abaixo, responda as questões de 8 a 10:

Agora, pois, vemos apenas um reflexo obscuro, como em espelho; mas, então, veremos face a face. Agora conheço em parte; então, conhecerei plenamente, da mesma forma com que sou plenamente conhecido.

(Coríntios, 1:13).

- A palavra que inaugura o versículo tem valor morfológico de:
 - Adjetivo
 - Substantivo
 - Advérbio
 - Conjunção
 - Preposição
- O termo obscuro, presente no texto, pode ser substituído sem alteração semântica, **EXCETO** por:
 - Ábdito
 - Absconso
 - Abscôndito
 - Abstruso
 - Absorto

- No período "então, conhecerei plenamente, da mesma

- procedibilidade.
- Tutela inibitória e medidas de urgência.
- Arguição de relevância e repercussão geral.

- Trata-se de questão preliminar, que cabe ao réu sustentar antes de discutir o mérito, **EXCETO**:

- Incompetência
- Perempção
- Prescrição
- Coisa julgada
- Conexão

- Trata-se de providência que cabe ao juiz quando da realização do saneamento e organização do processo, **SALVO**:

- Resolver as questões processuais pendentes.
- Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória.
- Definir a distribuição do ônus da prova.
- Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito.
- Proferir julgamento imediato do mérito.

- A legislação processual em vigor estabelece que o juiz não pode proferir decisão desfavorável a uma das partes sem que esta seja previamente ouvida. Entretanto, o artigo 9º, do Código de Processo Civil, permite o adiamento do contraditório em certos casos. Dentre as opções apresentadas, a situação em que ocorre o contraditório diferido é:

- Em uma ação de interdito proibitório, especificamente em relação à tutela de evidência solicitada em caráter antecedente.
- Que dizem respeito exclusivamente à tutela provisória de urgência antecipada antecedente.
- Na tutela de evidência, quando a petição estiver acompanhada de prova documental suficiente dos fatos que fundamentam o direito do autor, e o réu não apresentar prova capaz de gerar dúvida razoável sobre esses fatos.
- Em uma ação monitoria na qual o direito do autor é evidente, permitindo que o juiz determine a expedição de mandado de pagamento, entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer.
- Na tutela de evidência em que se evidencie o abuso de direito de defesa e o manifesto propósito protelatório do réu.

- João promoveu uma ação com pedido condenatório em face de Maria, que alegou, em sua contestação, ilegitimidade passiva, além de afirmar não ter firmado contrato com ele.

Nos termos do Código de Processo Civil em vigor, a alternativa **CORRETA** é:

- João pode chamar ao processo um terceiro.
- Maria deve apontar o verdadeiro responsável

pela suposta relação contratual, caso tenha conhecimento.

- João tem a opção de solicitar a inclusão de Maria como assistente no processo.
- João não é obrigado, mas pode requerer a desistência da ação.
- João pode determinar a sucessão processual, se necessário.

- Luísa foi notificada sobre a abertura de um processo judicial iniciado por Ricardo. Uma audiência de mediação foi marcada para 01/12/2022. Ela opta por nomear Augusto como seu advogado neste caso, dando-lhe uma procuração com autorização para negociar e chegar a um acordo. Com base nesse contexto, selecione a opção **CORRETA**.

- O advogado pode receber uma procuração específica de Luísa para qualquer ato processual, exceto para representá-la em audiências, inclusive as de mediação.
- Luísa tem o direito de nomear um representante com uma procuração específica para atuar em seu nome no processo, mas não pode autorizá-lo a negociar ou fazer acordos.
- Luísa, através de uma procuração específica, pode designar Augusto como seu representante, com poderes para negociar e fazer acordos na audiência de mediação.
- Luísa pode ser penalizada por ato atentatório à dignidade da Justiça, se faltar à audiência de mediação.
- Luísa pode ser penalizada por litigância de má-fé, caso não compareça pessoalmente à audiência de mediação.

- De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz proferirá decisão sobre o mérito da causa:

- Constatada a falta de requisitos para a constituição válida do processo.
- Verificada a ocorrência de coisa julgada.
- Indeferida a petição inicial.
- Reconhecida a perempção
- Identificada a decadência ou prescrição.

- Senhor K, Juiz Leigo, após ser admitido pelo seu Tribunal de Justiça, fora representado pelo jurisdicionado X, por descumprimento de seus deveres funcionais.

Após consultar os balizamentos oferecidos pela Resolução CNJ n. 174/2013 e seus anexos, o Senhor K:

- Poderá ser representado perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados.
- Poderá ser representado somente perante o Tribunal de Justiça que o admitiu.
- Somente poderá ser representado junto ao Tribunal Pleno da sua jurisdição.
- Somente poderá ser representado perante a Corregedoria Geral de Justiça do seu Tribunal.

organização judiciária.

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- C) Todos os itens estão corretos.
- D) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- E) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

43. Considere as seguintes afirmações, com base na Lei n. 9.099/1995:

I - Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;

II - A apelação será interposta no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente;

III - O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de cinco dias;

IV - As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.

Quais afirmações estão **INCORRETAS**?

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) III e IV, apenas.

44. No tocante a transação penal, prevista na Lei n. 9.099/1995:

- A) É um acordo ofertado pelo Juiz e realizado pelas partes antes do oferecimento da ação penal.
- B) Não é obrigatório ao indivíduo apontado como autor do crime aceitar a proposta de transação penal ofertada.
- C) A homologação da transação penal faz coisa julgada material.
- D) Não é possível continuar a persecução penal após realizado um acordo de transação penal.
- E) É igual a suspensão condicional do processo.

45. Quanto à suspensão condicional do processo, prevista no art. 89, da Lei n. 9.099/1995:

- A) Não cabe quando a pessoa for condenada por crime doloso.
- B) É cabível em casos de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- C) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- D) A anterior condenação à pena de multa impede a concessão da suspensão condicional do processo.

E) A suspensão condicional do processo pode ser concedida de ofício pelo(a) juiz(a).

46. No tocante aos recursos nos Juizados Especiais Criminais:

- A) A apelação criminal nos juizados especiais criminais possui o prazo de 05 (cinco) dias para ser interposta.
- B) A turma recursal no âmbito dos juizados especiais será composta por 5 desembargadores atuantes no segundo grau de jurisdição.
- C) Os embargos de declaração nos juizados especiais possuem como prazo para interposição de 02 (dois) dias.
- D) É cabível a interposição de recurso extraordinário das decisões das turmas recursais.
- E) A apelação no âmbito dos juizados especiais pode ser apresentada via termo nos autos.

47. No que se refere à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir:

I - Quanto à aplicação da lei processual penal no espaço, vale, como regra geral, o princípio da territorialidade (*locus regit actum*), consagrado no art. 1º, *caput*, do CPP, segundo o qual é aplicada a lei processual penal brasileira a todo crime ocorrido em território nacional;

II - A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito;

III - O art. 2º, do CPP estabelece que "A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior". Tem-se aqui o princípio da aplicabilidade imediata.

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas o item II está errado.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Todos os itens estão errados.

48. Deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial:

- A) Produção antecipada de provas.
- B) Saneamento em cooperação.
- C) Conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos.
- D) Sistema multi-portas.
- E) Incidente de resolução de demandas repetitivas.

49. Consideram-se condições da ação, à luz do CPC vigente:

- A) Interesse de agir e legitimidade das partes.
- B) Pressupostos processuais e legitimidade das partes.
- C) Interesse processual e condições de

forma com que sou plenamente conhecido”, há entre as orações sublinhadas uma relação que exprime:

- A) Assimetria
- B) Simetria
- C) Condição
- D) Exceção
- E) Conclusão

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com os Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) A sentença que homologa o laudo arbitral é irrecorrível.
- B) A perícia informal é admissível na hipótese do art. 35, da Lei n. 9.099/95.
- C) É cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, salvo na fase de execução.
- D) É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.
- E) Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o *habeas corpus* impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.

12. De acordo com a Súmula Vinculante 35, do STF que trata da homologação da transação penal prevista no artigo 76, da Lei n. 9.099/95, assinale a opção **CORRETA**.

- A) Havendo representação, e apenas nos casos de ação penal privada ou ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta.
- B) Homologação prevista no art. 76, da Lei n. 9.099/1995 faz apenas coisa julgada material.
- C) A referida homologação não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal, mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- D) A homologação de que trata o referido artigo não faz coisa julgada material, porém, se descumpridas as suas cláusulas, o Ministério Público não poderá dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia, mas apenas por meio de requisição de inquérito policial.
- E) A homologação prevista no art. 76, da Lei n. 9.099/1995 faz coisa julgada formal e material.

13. À luz dos enunciados do FONAJE, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Nas causas de valor superior a vinte salários-mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.
- B) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço do advogado não é eficaz para efeito de intimação, mesmo que identificado o seu recebedor.
- C) Contra decisões das Turmas Recursais são cabíveis os embargos declaratórios, o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial.
- D) O comparecimento pessoal da parte às audiências não é obrigatório.
- E) Não são cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.

14. _____ é estabelecido/ estabelecida como competente para processar e julgar os pedidos de uniformização de interpretação de lei, quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais em questões de direito material e demais competências fixadas em Resolução do Tribunal, sob a Presidência e Vice-Presidência de dois desembargadores escolhidos pelo Conselho da Magistratura.

Assinale a alternativa que corresponde ao órgão colegiado detentor das competências listadas acima:

- A) Turmas Recursais Reunidas
- B) Câmaras Especializadas
- C) Câmaras Reunidas
- D) Turma de Uniformização e Jurisprudência
- E) Tribunal Pleno

15. Considerando o disposto na Lei Complementar Estadual n. 266, de 20 de setembro de 2022, as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública são definidas como:

- A) Unidades executivas da Supervisão Estadual dos Juizados Especiais.
- B) Órgãos colegiados judiciais, com competência firmada no Regimento Interno do Tribunal, compostas por 3 (três) juizes titulares ou substitutos, divididas em Cíveis, Criminais e de Direito Público.
- C) Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
- D) Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Piauí.
- E) Casas de Justiça e Cidadania.

16. As mais recentes alterações implementadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942) foram essenciais, também para a solução de conflitos. Neste sentido, assinale a alternativa que corresponde a uma **CORRETA** assertividade imposta na referida Lei.

- A) A decisão do processo, nas esferas administrativa,

controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

- B) A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas posteriormente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.
- C) Para prevenir ou regular a compensação, está impedida a celebração de compromisso processual entre os envolvidos.
- D) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo, excluído o erro grosseiro.
- E) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos imediatamente, independente da publicação do ato.

17. Acerca dos contratos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nas relações contratuais privadas, não prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- B) Concluído o contrato preliminar e desde que dele não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive. O contrato preliminar está dispensado de ser levado ao registro competente.
- C) Nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- D) Não é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- E) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

18. De uma forma sintética, a novação é a transformação de uma dívida em outra, extinguindo a antiga, surgindo, portanto, uma nova dívida do devedor em relação ao credor. Acerca da novação, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Civil:

- A) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito, mas inequívoco, a primeira obrigação confirma simplesmente a segunda.
- B) A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, ainda que haja estipulação em contrário.
- C) Importa exoneração do fiador a novação feita com seu consentimento com o devedor principal.
- D) A novação por substituição do devedor não pode ser efetuada independentemente de

consentimento deste.

- E) Salvo as obrigações simplesmente anuláveis, não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.

19. As árvores da casa de Renan ultrapassaram a linha do muro divisório e acabaram por invadir o espaço aéreo da residência contígua, de propriedade de Rômulo. Apesar das reclamações de Rômulo, que comprovadamente sofreu danos com a queda de folhas que entupiram a calha de sua casa e causaram infiltrações, Renan não aparava as árvores. Frequentemente, os frutos caíam na casa de Rômulo.

Nos termos da legislação civil, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Rômulo não pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, mas os frutos que caíem em seu terreno são seus.
- B) Rômulo não pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, bem como deve devolver os frutos que caíem em seu terreno.
- C) Rômulo pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório e os frutos que caíem em seu terreno são seus.
- D) Rômulo pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, mas deve devolver os frutos que caíem em seu terreno.
- E) Dependerá de Lei Municipal específica a possibilidade ou não de Rômulo cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório e se apropriar dos frutos.

20. Sobre o negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- B) A manifestação de vontade subsiste, ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- C) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- D) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- E) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

21. Princípios são tidos como ordenações que irradiam

o que atrai a presença de um litisconsórcio passivo necessário em ações semelhantes a essa.

39. Sobre a Seguridade Social, analise e marque a alternativa INCORRETA.

- A) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A Seguridade Social será organizada pelo poder público com base na universalidade da cobertura e do atendimento, na uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, na seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, na irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, dentre outros objetivos.
- B) A proposta de orçamento da Seguridade Social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- D) A Previdência Social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial; por sua vez, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- E) As contribuições sociais recolhidas para o financiamento da Seguridade Social poderão ser exigidas imediatamente a partir da entrada em vigor da lei que as instituir ou modificar.

40. Sobre a Administração Pública, analise e assinale a opção CORRETA de acordo com o Texto Constitucional:

- A) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, mas não abrange suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- B) O prazo de validade de concurso público será de

até dois anos, sendo permitida a prorrogação uma única vez e por igual período.

- C) No serviço público, não é admitida a contratação temporária, exceto pelas empresas públicas, submetidas ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- D) Servidor público eleito para o cargo de vereador será necessariamente afastado de suas funções pelo período que durar o mandato eletivo.
- E) Ainda que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino e que seja mantida a remuneração do cargo de origem, não se admite que o servidor público titular de cargo efetivo seja readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

41. Em conformidade com as disposições do Código de Processo Penal brasileiro, em relação ao início do inquérito policial nos crimes de ação pública, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O inquérito policial não pode ser iniciado de ofício, mas apenas mediante requisição ou a requerimento, conforme o artigo 5º, do Código de Processo Penal.
- B) O inquérito policial só pode ser iniciado de ofício pela autoridade policial.
- C) O inquérito policial só pode ser iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- D) O inquérito policial só pode ser iniciado a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- E) O inquérito policial pode ser iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

42. No que se refere ao Juizado Especial Criminal (Lei n. 9.099/1995), julgue os itens a seguir:

I - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa;

II - O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade;

III - A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal;

IV - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de

constarão da lei orçamentária anual;

III) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica poderão ser utilizados para atender objeto distinto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso;

IV) É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

- A) V, V, V, V
- B) V, V, F, V
- C) V, F, F, V
- D) F, V, F, V
- E) V, V, V, F

36. Em relação às Súmulas Vinculantes e a Repercussão Geral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.
- B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- C) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- D) Viola a cláusula de reserva de plenário – prevista na Constituição Federal - a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- E) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável, ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida, com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

37. Conforme o Texto Constitucional de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho

humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os seguintes princípios, **EXCETO**:

- A) Defesa do consumidor.
- B) Redução das desigualdades regionais e sociais.
- C) Busca do pleno emprego.
- D) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- E) Função social da propriedade.

38. Analise a situação abaixo e marque a alternativa **CORRETA**.

Gilberto foi acometido de grave doença que exigia internação e tratamento especializado, com a utilização de aparelhos específicos. Apesar de muitas tentativas de internação para realizar o tratamento em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) localizadas em seu estado, Gilberto não conseguiu a internação e o tratamento necessários a seu quadro clínico, pois as unidades que poderiam fornecer o tratamento estavam sem vagas disponíveis. Diante da situação, Gilberto propôs uma ação em face do Estado onde mora, requerendo que, em não sendo imediatamente disponibilizada a vaga de que necessitava, o juízo determinasse a sua internação em hospital particular.

Nesse contexto, e considerando a sistemática constitucional, é **CORRETO** afirmar, em relação à ação ajuizada por Gilberto, que:

- A) Diante da característica de direito essencial, o direito à saúde permite o deferimento do pedido, e o valor de ressarcimento dos serviços prestados, na perspectiva da saúde suplementar, deve ser o mesmo utilizado para o ressarcimento, ao SUS, por serviços prestados a beneficiários de plano de saúde.
- B) O SUS apenas pode contar com a atuação de unidades hospitalares privadas se estas estiverem integradas ao sistema, na perspectiva da saúde complementar, com adstrição aos requisitos exigidos, devendo o juízo permanecer ligado a esse balizamento ao apreciar o pleito de internação.
- C) A internação em unidade hospitalar privada, fora do SUS, ocasionará a responsabilidade de indenizar, posteriormente, as despesas realizadas, observando, para isso, os valores praticados pela própria unidade hospitalar privada.
- D) Atento ao princípio da solidariedade e ao fato de a atividade privada de saúde constituir serviço de relevância social, pode ser acolhido o pedido, atraindo para os entes federativos que formam o SUS o dever de ressarcimento, observados os valores praticados pela tabela desse sistema.
- E) A ação não deve ser conhecida, pois o SUS é um sistema articulado entre todos os entes federativos,

e imantam os sistemas de normas. São normas/ preceitos que estão contidos na Constituição Federal e que são utilizados como parâmetros criados para produzir interpretações corretas do direito. Dito isso, a respeito das disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, analise os itens a seguir:

I. O princípio penal do “non bis in idem”, embora não incluído expressamente na Constituição Federal, tem fundamento no Estado Democrático de Direito;

II. É possível se estabelecer sanção penal sem lei anterior, desde que para beneficiar o réu;

III. O princípio da presunção de inocência, expresso na Constituição Federal, é uma consequência da proibição da responsabilidade objetiva no Direito Penal brasileiro.

Analizados, podemos afirmar, **CORRETAMENTE**, que:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas o item II está correto.
- C) Apenas o item III está correto.
- D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- E) Apenas os itens II e III estão corretos.

22. Ocorre a consumação do crime quando todos os elementos necessários para sua configuração estão presentes e o resultado esperado é alcançado. Na tentativa, embora iniciada a execução, o crime não se conclui por circunstâncias alheias à vontade do agente. Dito isso, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Os crimes unissubsistentes admitem a figura da tentativa.
- B) Os crimes omissivos impróprios consumam-se com a ação ou omissão prevista e punida na norma penal incriminadora.
- C) Só haverá consumação do crime quando ocorrer resultado naturalístico ou material.
- D) Há tentativa cruenta quando o objeto material não é atingido, ou seja, o bem jurídico não é lesionado.
- E) Não admitem tentativas os crimes de atentado ou de empreendimento.

23. No tocante ao Princípio da Insignificância no Direito Penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os Tribunais Superiores fixaram 2 requisitos para a aplicação do princípio da insignificância: a mínima ofensividade da conduta e um elevado grau de reprovabilidade do comportamento.
- B) Ainda que criminoso contumaz, a reiteração delitiva não impede o reconhecimento do princípio da insignificância em crimes de pequena monta.
- C) Na aplicação do princípio da insignificância, há subsunção do fato à norma, configurando a tipicidade formal, entretanto não há tipicidade material.
- D) É possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados

contra mulher no âmbito das relações domésticas.
E) No caso prático, a condição financeira da vítima não deve ser considerada para fins de aplicação do princípio da insignificância, cabendo apenas a análise acerca da condição financeira do agente e o valor monetário do bem jurídico ofendido.

24. No tocante à eficácia da lei penal no tempo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Assim como, a lei posterior, que, de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- B) Se a conduta anteriormente era atípica, mas com a vigência de nova lei passa a ser conduta criminosa, tem-se a *novatio legis* incriminadora, por isso a lei penal retroagirá.
- C) Se a conduta já era criminalizada, mas lei nova recrudescer o tratamento penal em relação àquela conduta, ocorrerá a *novatio legis in pejus*, admitindo-se a retroatividade da lei.
- D) É possível que uma nova lei venha a beneficiar o réu, sendo *lex mitior*, aplicando-se aos fatos anteriores, exceto se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- E) O ordenamento jurídico brasileiro permite a combinação de leis penais no tempo, utilizando-se os pontos positivos de duas leis e aplicando-os no caso concreto, desde que em benefício do réu.

25. São crimes previstos na Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e suas alterações, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, **EXCETO**:

- A) Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.
- B) Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em virtude de procedência nacional.
- C) Proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário, por motivo de discriminação de preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.
- D) Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a foice e o martelo sobrepostos, para fins de divulgação do comunismo.
- E) Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

26. Marque a resposta **INCORRETA**.

- A) Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com a manutenção de assistência jurídica, integral e paga para o consumidor carente.
- B) A Política Nacional das Relações de Consumo tem, dentre seus objetivos, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- C) Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com alguns instrumentos, com exceção da instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento, uma vez que tal matéria deve ser levada à apreciação do Judiciário.
- D) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica não podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.
- E) Tendo em vista o reconhecimento, pela ordem jurídica brasileira, das peculiaridades e tradições consumistas de cada nação, os direitos previstos no Código do Consumidor excluem a eficácia de outros eventualmente previstos em tratados ou convenções internacionais.

27. Segundo a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 — Código de Defesa do Consumidor, analise os itens abaixo e marque a alternativa **CORRETA**.

I - Tendo em vista o caráter público e indisponível, os direitos do consumidor, cujo rol é taxativo, serão sempre definidos em lei ordinária;

II - Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo;

III - A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos ou interesses ou direitos individuais homogêneos.

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a III.
- C) Apenas a I e III.
- D) Apenas a II e III.
- E) Todas estão corretas.

28. João foi internado, na Unidade de Terapia Intensiva, em estado grave, com um quadro de pneumonia, onde permanece há 30 dias. O Plano de saúde informou aos familiares do João que ele teria que deixar a Unidade de Terapia Intensiva, pois o contrato assinado entre ele e o plano de saúde previa cobertura de apenas 30 dias para este tipo de tratamento. De acordo com Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a postura do

plano de saúde é:

- A) Válida, pois o contrato faz lei entre as partes.
- B) Inválida, devendo manter João na UTI, mas podendo o plano cobrar pelos dias excedentes.
- C) Válida, exceto se se tratar de pessoa idosa.
- D) Válida apenas se houver alternativa menos custosa à manutenção da vida do segurado.
- E) Inválida, pois é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

29. À luz das disposições constantes do CDC, quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.
- B) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- C) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- D) Equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
- E) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

30. Acerca da decadência e prescrição no Código de Defesa do consumidor, é **CORRETO** afirmar:

I - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 dias, tratando-se de serviços, e 7 dias, tratando-se de produtos;

II - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 dias, tratando-se de serviço ou produtos não duráveis;

III - Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da data de validade do produto não durável;

IV - Tratando-se de vício de fácil constatação, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

- A) Apenas I, III e IV estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) II e IV estão corretas.
- D) Apenas IV está correta.
- E) Todas estão incorretas.

31. Em relação aos atos administrativos, qual dos seguintes elementos **NÃO** é considerado essencial para sua validade?

- A) Competência
- B) Finalidade
- C) Forma
- D) Motivação
- E) Vontade

32. Considere a seguinte afirmação: É o fato da administração que se caracteriza como um acontecimento natural ou humano, com ou sem a participação da administração pública, e que pode desencadear a obrigação do Estado de indenizar os prejudicados.

Assinale a alternativa que contempla **CORRETAMENTE** a definição acima apresentada.

- A) Fato do príncipe
- B) Fato do serviço
- C) Fato do produto
- D) Fato do rei
- E) Fato da natureza

33. Conforme preconiza José dos Santos Carvalho Filho, “os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos, norteando a conduta do Estado quando no exercício de atividades administrativas”. Nesse contexto, julgue as alternativas a seguir, indicando a assertiva **CORRETA**.

- A) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 37, elencou expressamente os princípios que fundamentam a atividade administrativa em quaisquer dos entes federativos, dentre os quais se menciona: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- B) O princípio da publicidade impõe que a Administração Pública dispense aos administrados igualdade de tratamento, quando se encontrarem em igual situação jurídica.
- C) Os atos da Administração devem ser cobertos de absoluto sigilo, admitindo-se a publicidade e transparência, tão somente, em hipóteses expressamente previstas em lei.
- D) Entende-se pelo princípio da continuidade dos serviços públicos que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes, cabendo a estes apenas geri-los e conservá-los em favor da coletividade, a qual se revela como verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.
- E) Nos termos do princípio da legalidade toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei, pois ao contrário disso será considerada ilícita.

34. Agentes públicos são aqueles sujeitos que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado, dentre os quais se enquadram: agentes políticos, agentes particulares colaboradores e servidores públicos. Estes últimos são todos os agentes que, exercendo com caráter de permanência uma função pública em decorrência de relação de trabalho, integram o quadro funcional das pessoas federativas, das autarquias e das fundações públicas de natureza autárquica. Nesse sentido, avalie as informações dispostas abaixo, assinalando a alternativa que julgar **CORRETA**.

- A) Os servidores públicos não são reconhecidos por sua profissionalidade, haja vista que não exercem efetiva profissão quando no desempenho de suas funções públicas. Tal questão se traduz pela inexistência de previsão constitucional acerca da necessidade de que os entes federativos cuidassem do aspecto da profissionalidade desses servidores, a exemplo da criação de escolas de governo para formação e aprimoramento profissional.
- B) Classificam-se como servidores públicos: servidores públicos civis e militares, comuns e especiais, estatutários, trabalhistas e temporários.
- C) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- D) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter exclusivamente solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- E) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

35. A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, comumente denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diante disso, em atenção ao texto legal, julgue os itens a seguir em verdadeiro ou falso e assinale a alternativa que indicar a ordem **CORRETA**.

I) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da Seguridade Social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar;

II) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão,